

Leite muda o secretariado e reforça base aliada

Modificações vinham sendo articuladas e vão envolver o ingresso do Republicanos e reacomodação de indicado do União Brasil

Para fortalecer a base aliada na Assembleia Legislativa, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), anunciou no final da manhã de ontem as mudanças no primeiro escalão. Leite confirmou que o deputado federal Carlos Gomes (Republicanos) será o novo secretário de Habitação e Regularização Fundiária. Assim, o atual secretário da pasta, Fabrício Peruchin, que é indicado pelo União Brasil, assumirá a secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. O ex-deputado Mateus Wesp (PSDB), que ocupava essa vaga, foi designado para atuar no assessoramento político do gabinete de Leite.

As mudanças na composição do secretariado ganharam destaque no início da semana passada e foram foco de reuniões e conversas nos últimos dias entre o governador e integrantes dos partidos aliados. Para garantir espaço para o ingresso oficial do Republicanos no governo, Leite teve que remanejar o União Brasil. A solução foi retirar um integrante do seu partido, no caso Wesp. "Essas



Mudanças foram anunciadas pelo governador durante reunião ontem

mudanças são importantes para que possamos fortalecer a base de apoio político ao governo. Temos muitos projetos importantes nessas áreas e seguiremos empenhados para dar sequência ao trabalho desempenhado com muito comprometimento e lealdade pelos secretários", afirmou o governador.

PROJETOS. As movimentações ocorrem no mesmo momento que o governo encaminha importantes projetos à Assem-

bleia. Ao contrário da primeira gestão, Leite não tem uma base tão ampla e confortável. Apesar disso, conseguiu obter aprovação total dos seus projetos. A bancada do Republicanos na Assembleia é formada por cinco deputados e, mesmo sem representante no primeiro escalão, tem acompanhado, em maioria, os projetos do Executivo. Deles, Gustavo Victorino tem adotado, desde que tomou posse, uma postura de independência em relação ao governo.

REORGANIZAÇÃO DA PAUTA

AL adia votação do auxílio-alimentação

A Assembleia Legislativa decidiu ontem adiar a votação das mudanças no auxílio-alimentação dos servidores para a próxima terça-feira. Com 11 propostas do Executivo trancando a pauta, tramitando em regime de urgência, a opção dos parlamentares foi pela reorganização da pauta e divisão dos projetos em duas sessões. Assim, seis delas ficaram para ontem e as demais para a semana que vem.

Além disso, os líderes confirmaram a inclusão da votação

do piso regional, que não tramita com urgência, na sessão da próxima semana. Na segunda-feira, representantes do Fórum das Centrais Sindicais reuniram-se com o presidente da Assembleia, Vilmar Zanchin (MDB), para pedir a inclusão do projeto na ordem do dia. A proposta do governo prevê aumento de 9%. O índice é considerado pelos sindicatos um avanço, mas insuficiente.

Já o projeto do auxílio-alimentação abrange todas as categorias de servidores ativos,

de cargo efetivo, cargo em comissão (CC) e temporários contratados sob o regime estatutário, passando dos atuais R\$ 268,84 para R\$ 366, a partir de outubro, e aumentando para R\$ 400, a partir de maio do ano que vem. Se aprovada, os servidores deixarão de ter o desconto de 6% de coparticipação pelo benefício. Conforme a justificativa do governo, o valor "não incidirá nenhum desconto sobre o seu pagamento, resultando em um aumento efetivo na remuneração líquida do servidor".

TRE-RS

Bagé: Decisão sobre cassação é adiada

O julgamento do recurso que pede a cassação do prefeito de Bagé, Divaldo Lara (PTB), e sua inelegibilidade, assim como do empresário catarinense Luciano Hang, foi suspenso nesta terça-feira após pedido de vista. O recurso, movido pela coligação do PT nas eleições 2020, conta com o parecer do Ministério Público Eleitoral, que entende haver abuso de poder econômico por conta de uma live realizada por Divaldo, em sua página no Facebook, dias antes do

pleito, junto ao empresário.

Relator do processo, o desembargador eleitoral Caetano Cuervo Lo Pumo votou pelo desprovimento do recurso, movido pela coligação do candidato derrotado o último pleito, Luiz Fernando Mainardi (PT). No entanto, a desembargadora Patrícia da Silveira Oliveira pediu vista do processo. Os demais desembargadores decidiram aguardar a devolução do voto-vista que deve ocorrer na sessão da próxima quinta-feira.

A Procuradoria Regional Eleitoral do MP-RS entende que houve abuso de poder econômico. A transmissão ao vivo foi feita quatro dias antes das eleições de 2020. Pela defesa do prefeito, o advogado Guilherme Barcelos destacou que o gestor foi eleito com 50% dos votos válidos. Ele disse ainda estar ocorrendo um debate "político e não jurídico", pois a coligação autora do recurso teve menos votos que a quantidade de abstenções.



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

TCE averiguará situação em escolas

Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Cezar Miola, solicitou nesta terça-feira abertura de processo para averiguar a situação de abandono e a paralisação de obras em escolas estaduais. O movimento se deu a partir de denúncias encaminhadas pelo deputado Pepe Vargas (PT), que documentou a situação de instituições em vídeos e fotos. Diante dos documentos apresentados a Miola, cuja trajetória é marcada pela bandeira da educação, o conselheiro, em nota, defendeu a "abertura de averiguação, considerando os fatos até então apurados, referentes ao abandono e paralisação de obras e precariedade de prédios escolares, acarretando risco às pessoas, bens e serviços, os quais, em alguns casos, serviram para justificar contratações diretas emergenciais". Os objetos da averiguação serão especificamente as escolas referidas na denúncia. As escolas visitadas por Pepe e que integram o ofício encaminhado ao TCE são: Bernardo Petry, do município de Vale Real; Frei Getúlio, de Bom Jesus; e a Escola Estadual José de Alencar, de São Francisco de Paula. Segundo Pepe, de abril até agosto deste ano, ele encaminhou ofícios para as pastas competentes do governo do Estado, indicando as demandas e solicitando informações acerca da previsão para solução dos problemas. "Infelizmente nenhuma de nossas demandas foram atendidas, tampouco ficam nitidos nos retornos das secretarias qual o prazo para sua solução, pois algumas informações ficaram desencontradas", disse o parlamentar.

Dança das cadeiras

Com a confirmação das trocas no secretariado, Eduardo Leite (PSDB) reforça sua base na Assembleia. O deputado federal Carlos Gomes (Republicanos) ficou com a pasta da Habitação. O partido conta com cinco deputados no Legislativo, mas Gustavo Victorino, ao que tudo indica, seguirá com postura independente. Para acomodar o Republicanos, Leite cortou na própria carne, tirando lugar do PSDB. No lugar de Mateus Wesp, ex-deputado tucano, no comando dos Direitos Humanos, ingressou Fabrício Peruchin (União Brasil), que estava na Habitação. Wesp atuará junto ao gabinete do governador.

Tribunal divulgará informações em canais da AL

Os presidentes do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Alexandre Postal, e da Assembleia, deputado Vilmar Zanchin (MDB), firmaram termo de cooperação para facilitar o intercâmbio de informações, dados e outros materiais de comunicação, que serão utilizados para divulgar conteúdos do tribunal em programas da rádio e da TV Assembleia.

Temer sobre eleições: radicalização, não polarização

O ex-presidente da República Michel Temer (MDB) estará em Porto Alegre, no dia 23, para palestrar no 25º Seminário Econômico Família Previdência, realizado desde 1999 pela Fundação Família Previdência. "As últimas eleições foram marcadas pela radicalização, e não pela polarização. A polarização está muito mais ligada à ideia de embate de ideias do que o que aconteceu no país. Ela é útil. Já a radicalização tem a violência na sua gênese. A escolha de uma ou de outra impacta nos rumos macroeconômicos e políticos para o Brasil, e é sobre esse futuro que vamos debater", disse Temer. Além dele, estarão entre os painelistas o ex-secretário do Tesouro Nacional Mansueto Almeida e o Chief Investment Officer da XP Private, Artur Wichmann.

APARTES

- A Assembleia promove, nesta quarta-feira, debate sobre o Fator de Ajuste de Fruição (FAF), percentual gradativo aplicado sobre os créditos presumidos concedidos pelo Estado nas compras de insumos que os setores da economia gaúcha realizarem em outras unidades da federação. A proposta foi do deputado Claudio Branchieri (Podemos).
- A posse do conselheiro Marco Peixoto na presidência do Tribunal de Contas do Estado será no dia 14 de dezembro.
- A Câmara de Porto Alegre aprovou, por unanimidade, projeto do Executivo que, entre outros pontos, concede isenção de IPTU a imóveis oriundos de regularizações fundiárias. O projeto isenta ainda de ITBI os imóveis adquiridos através de bônus-moradia.
- A votação do projeto do orçamento-geral do Estado para 2024, no plenário da Assembleia, promete mais polêmica do que o normal. Nesta terça-feira, as bancadas do PT e do PCdoB criticaram a rejeição das emendas pelo relator, Frederico Antunes (PP). A oposição à direita também irá questionar pontos do texto, que antes do plenário será analisado nesta quinta-feira na Comissão de Finanças.